

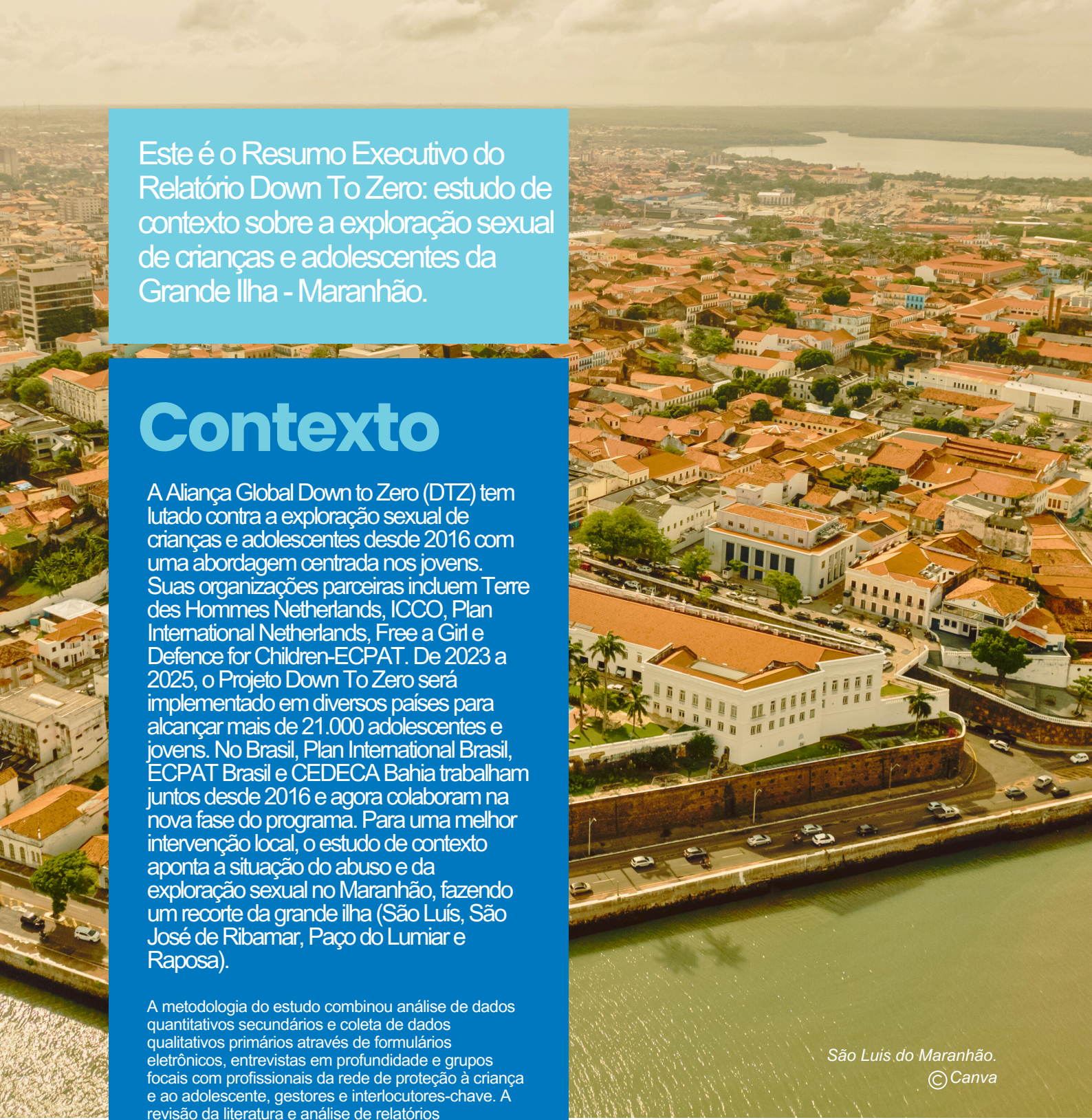


Resumo Executivo

Down To Zero

Estudo de contexto sobre a
exploração sexual de crianças e
adolescentes da Grande Ilha -
Maranhão





Este é o Resumo Executivo do Relatório Down To Zero: estudo de contexto sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes da Grande Ilha - Maranhão.

Contexto

A Aliança Global Down to Zero (DTZ) tem lutado contra a exploração sexual de crianças e adolescentes desde 2016 com uma abordagem centrada nos jovens. Suas organizações parceiras incluem Terre des Hommes Netherlands, ICCO, Plan International Netherlands, Free a Girl e Defence for Children-ECPAT. De 2023 a 2025, o Projeto Down To Zero será implementado em diversos países para alcançar mais de 21.000 adolescentes e jovens. No Brasil, Plan International Brasil, ECPAT Brasil e CEDECA Bahia trabalham juntos desde 2016 e agora colaboram na nova fase do programa. Para uma melhor intervenção local, o estudo de contexto aponta a situação do abuso e da exploração sexual no Maranhão, fazendo um recorte da grande ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa).

A metodologia do estudo combinou análise de dados quantitativos secundários e coleta de dados qualitativos primários através de formulários eletrônicos, entrevistas em profundidade e grupos focais com profissionais da rede de proteção à criança e ao adolescente, gestores e interlocutores-chave. A revisão da literatura e análise de relatórios governamentais e estatísticas policiais precederam a coleta de dados qualitativos, que envolveu discussões com profissionais estratégicos e representantes da sociedade civil. Os dados foram organizados e integrados para uma visão abrangente da exploração sexual infantojuvenil na região. No entanto, o processo enfrentou obstáculos significativos, como subnotificação, falta de informações adequadas, limitações nas plataformas oficiais, relutância em discutir o assunto, e falta de integração entre sistemas e instituições. A obtenção de informações dependia fortemente de contatos diretos, evidenciando a falta de institucionalização e dificuldade de acesso público a dados oficiais.

São Luís do Maranhão.

© Canva

“ [...] exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico ”

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017

A Grande Ilha

Localizada no Maranhão, é composta por quatro municípios: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Esta área é marcada por uma rica diversidade cultural, histórica e ambiental, sendo conhecida por suas praias deslumbrantes, manguezais e um patrimônio arquitetônico significativo. São Luís, a capital, é famosa por seu centro histórico, declarado Patrimônio Mundial pela UNESCO, e pelas festividades do Bumba Meu Boi. A Grande Ilha é um importante polo econômico e turístico do estado, devido também à proximidade do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, enfrentando desafios sociais e de infraestrutura, mas também sendo palco de iniciativas para o desenvolvimento sustentável.



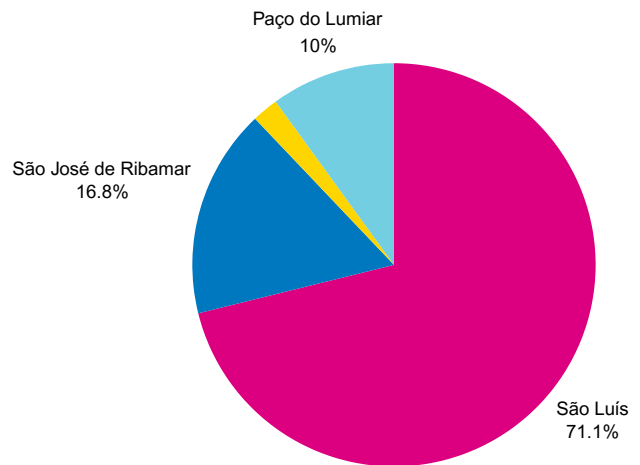
Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Governo do Maranhão. 2017.

Demografia da Grande Ilha: perfil populacional e predominância feminina*



A região da Grande Ilha, especialmente o município de São Luís, é uma área de significativa concentração populacional, com uma população total de 1.458.836 habitantes em 2022. Este centro populacional abriga uma variedade de faixas etárias, com a maior concentração entre 20 e 59 anos, refletindo as tendências demográficas nacionais. Além disso, a predominância feminina é observada, com São Luís apresentando uma proporção ainda maior de mulheres em comparação com outros municípios da região. As crianças e adolescentes somam 407.150 na região, representando 28% da população da região e 18% do total de pessoas com idade entre 0 e 19 anos do estado.

*IBGE – Censo Demográfico. 2022.



IBGE – Censo Demográfico. 2022.

Identidade racial: quase 75% da população se declara negra, superando média nacional*



Em comparação com o estado, há um índice um pouco menor de pessoas que se declaram negras, talvez em virtude de seu processo histórico de formação e miscigenação. Enquanto o percentual de pardos e pretos no estado chega a 79%, na Grande Ilha esse número chega a 75%. São Luís apresenta a menor proporção de pessoas negras na região.

Economia da Grande Ilha: alta ocupação e desafios de renda persistem em São Luís e municípios vizinhos*

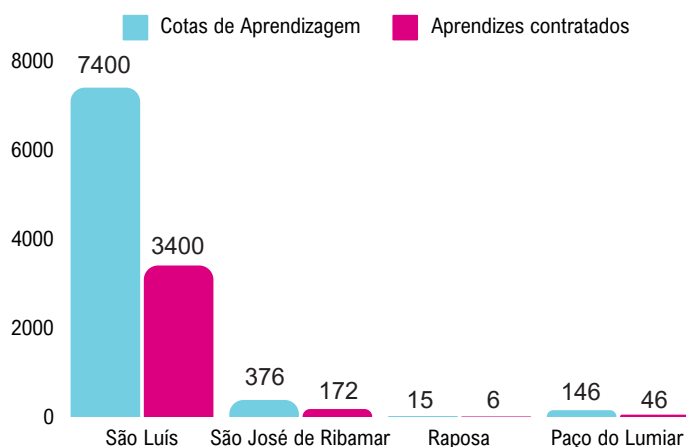
A economia na Grande Ilha, liderada por São Luís, mostra uma alta taxa de ocupação, embora os desafios em termos de renda persistam, com muitos domicílios vivendo abaixo do limite de meio salário mínimo por pessoa. Enquanto São José de Ribamar e Raposa enfrentam dificuldades semelhantes, com menor proporção de ocupados e salários médios mais baixos, Paço do Lumiar se encontra em uma posição intermediária nesse panorama socioeconômico.



Trabalho Infantil em São Luís: desafios e oportunidades com vagas de aprendizagem profissional

Um aspecto preocupante é a incidência do trabalho infantil, particularmente evidente em São Luís, que registra o maior número de casos na região. No entanto, é notável a oferta considerável de vagas de aprendizagem profissional na capital, representando uma potencial mudança positiva para jovens em situação de vulnerabilidade social. Ainda assim, a oferta por essas vagas supera a demanda, indicando a necessidade de mudanças nas formas de acesso. Ao todo, no ano de 2023, existiam 7.937 vagas, mas apenas 3.624 aprendizes contratados.

2.705 Alunos que trabalham fora de casa¹



46%

Das vagas de aprendizagem ocupadas²

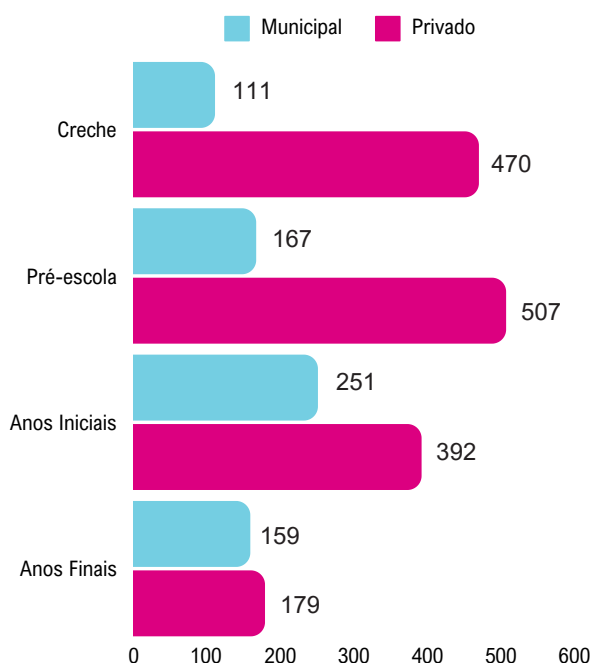
Habitação na Grande Ilha: variações no tamanho médio e acesso a serviços básicos

Os domicílios na região apresentam variações em termos de tamanho médio e acesso a serviços básicos. São Luís se destaca por sua proporção significativa de domicílios com esgotamento sanitário adequado (65,4%), enquanto outros municípios enfrentam desafios nessa área.

45% Domicílios com esgotamento sanitário adequado²

Desafios educacionais na: melhoria nos índices e oferta insuficiente de vagas

Apesar de melhorias observadas nos índices de escolarização e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB ao longo dos anos, os municípios da Grande Ilha ainda enfrentam desafios educacionais. A oferta insuficiente de creches públicas e variações nos índices de desempenho escolar são pontos de atenção. Iniciativas como o Programa Saúde na Escola estão em vigor, porém a necessidade de avaliação e aprimoramento ainda é evidente



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022.



1. Observatório da Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil / SmartLab. Acesso em abril de 2024.
2. IBGE - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2017.

Violência sexual na Grande Ilha

Entraves na coleta de dados

A coleta de informações oficiais sobre violência sexual e exploração sexual contra crianças e adolescentes representa um desafio significativo no Estado do Maranhão, assim como em todo o país. Optou-se por utilizar dados oriundos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). O referido sistema se destaca atualmente por trazer as informações menos frágeis dentre todas as fontes consultadas.

Principais bases de dados secundários disponíveis em análise

O Brasil conta com três bases de dados relevantes para a análise das violências contra crianças e adolescentes: SINAN, Disque 100 e Sipiá. Cada uma, porém, apresenta desafios que limitam a qualidade e o alcance dos dados:

SINAN:

- **Ponto Forte:** Notificação compulsória de casos, garantindo maior abrangência.
- **Desafios:** Falta de padronização nos registros.

Disque 100:

- **Ponto Forte:** Canal de denúncia anônimo.
- **Desafios:** Dificuldade de caracterização do perfil das vítimas, multiplicação de registros (mesmo caso contado por diferentes pessoas) e registros inconsistentes.

Sipiá:

- **Ponto Forte:** Focalização no registro de violações de direitos da criança e do adolescente e atuação direta dos conselhos tutelares.
- **Desafio:** Baixa adesão de municípios, principalmente por questões estruturais (acesso à internet, computadores etc.), comprometendo a abrangência dos dados.

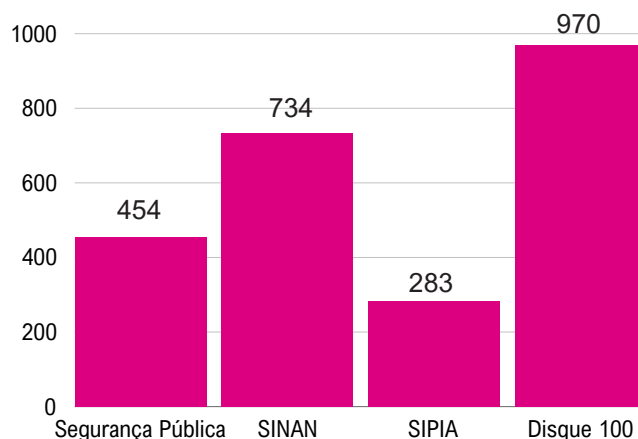
O SINAN, em virtude da compulsoriedade, aparenta ter a base mais sólida para os propósitos de nosso levantamento.



Desafios e importância do SINAN na luta contra a violência sexual infantil no Maranhão

Os obstáculos para identificar a extensão da exploração sexual contra crianças e adolescentes incluem a fragmentação das informações e a falta de padronização na coleta e registro dos casos. Além disso, há falta de coordenação entre os diversos atores envolvidos e disparidades regionais no acesso aos serviços de saúde e proteção. Apesar de limitações, o SINAN tem se mostrado uma ferramenta essencial na centralização e sistematização dos registros de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Maranhão e na região da Grande Ilha. O sistema coleta uma ampla gama de dados, permitindo a identificação de padrões de ocorrência, perfis das vítimas e agressores, além das condutas adotadas pelos profissionais de saúde. Os dados coletados pelo SINAN corroboram achados de outros estudos, reforçando sua importância como fonte de informações, apesar da subnotificação e o impacto da compreensão dos profissionais sobre o problema no registro dos casos.

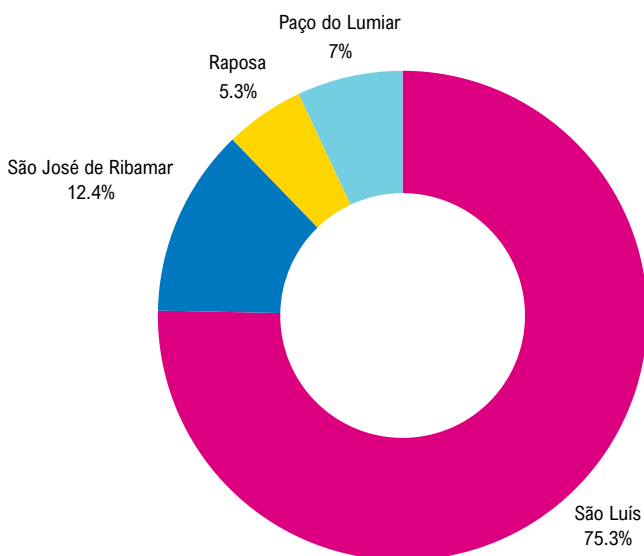
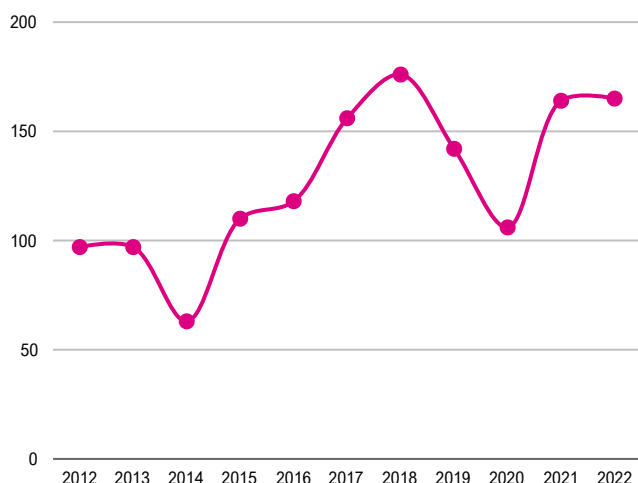
Registros de violência sexual conforme o canal de notificação/denúncia



3. Para uma comparação detalhada em nível nacional, verificar o estudo <https://cadeparana.org.br/publicacao/violencias-contra-criancas-e-adolescentes-em-dados/>

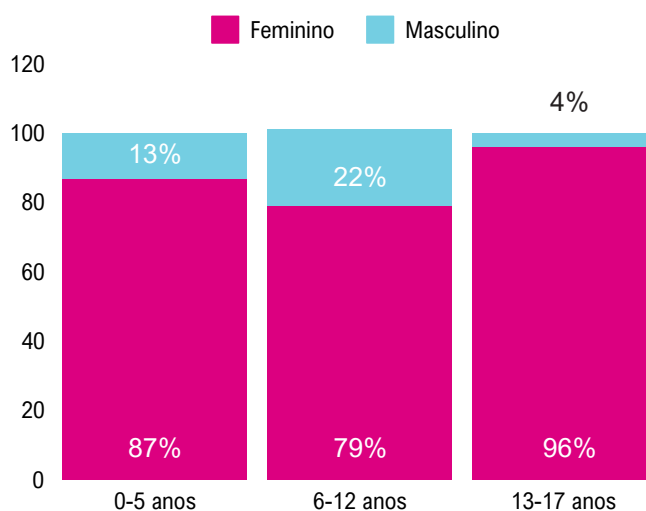
Desafios na proteção: subnotificação e tendências alarmantes*

Entre 2011 e 2021, a região da Grande Ilha registrou 1.394 casos de violência sexual, com São Luís destacando-se como o município mais afetado. No entanto, em 2022, houve uma queda na tendência de crescimento dos registros, com apenas 165 casos relatados, número que representou apenas 13% do total de casos de violência. Apesar dessa redução, nos últimos 10 anos, os registros de violência sexual aumentaram dramaticamente, ultrapassando 4.400 casos, com mais de 50% das vítimas sendo adolescentes entre 13 e 17 anos, predominantemente do sexo feminino. A pandemia de COVID-19 parece ter impactado as notificações, com uma queda temporária nos registros em 2020, possivelmente devido a restrições de circulação de pessoas e mudanças nos serviços de saúde, enquanto eventos históricos também podem ter influenciado os padrões de notificação.

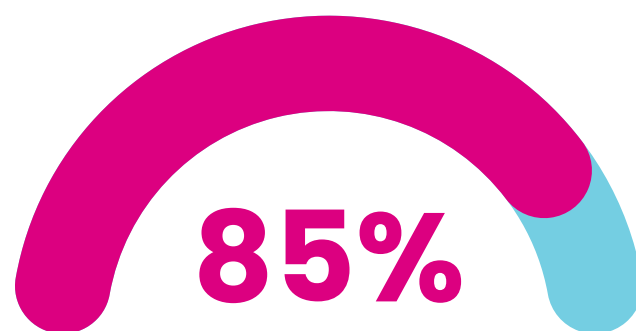


Faixa etária das vítimas de violência sexual: adolescentes entre 13 e 17 anos são maioria, mas crianças de 6 a 12 anos também são afetadas*

A maioria das vítimas de violência sexual são adolescentes entre 13 e 17 anos, conforme observado ao longo da década analisada. Além disso, crianças e adolescentes com idades entre 6 e 12 anos também são significativamente afetados, com 29 casos registrados em 2022 nessa faixa etária.



Desigualdades étnicas: tendências revelam diferenças marcantes na demografia das vítimas*



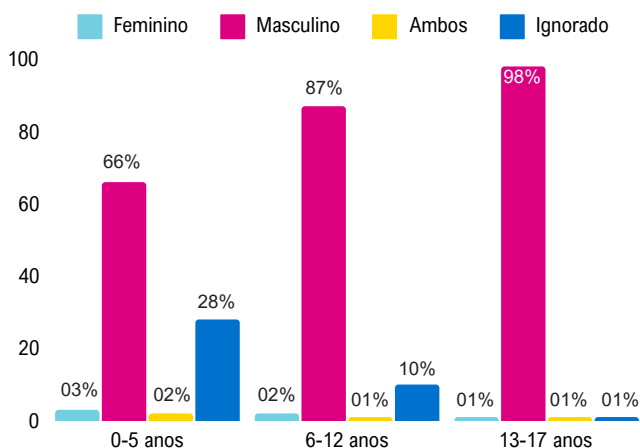
Das vítimas são pardas ou pretas

As estatísticas evidenciam uma disparidade racial considerável, com a maioria das vítimas sendo indivíduos pertencentes às comunidades negras (pretas e pardas), ultrapassando a proporção encontrada na população em geral.

* Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). 2011 a 2021.

Vulnerabilidade revelada: predominância masculina na violência sexual contra meninas adolescentes*

Meninas adolescentes representam as principais vítimas de violência sexual, sendo que os agressores são majoritariamente do sexo masculino. Em 66% dos casos, os agressores são conhecidos das vítimas, mantendo alguma forma de relação afetiva, amorosa ou sexual com elas.



84%
Dos autores são do sexo masculino, chegando a 98% entre as vítimas de 13 a 17 anos

Desafios domésticos: violência sexual contra crianças e adolescentes acontece majoritariamente dentro de casa*



Dos casos ocorreram na própria residência da vítima

A residência emerge como o local primário das ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes, evidenciando a significativa influência do ambiente familiar na segurança destes indivíduos. Mais de 70% dos casos registrados ocorrem dentro desses espaços, sugerindo lacunas na segurança e proteção em ambientes tipicamente considerados seguros, como as próprias casas das vítimas.

Estupro e assédio sexual emergem como principais formas de violência*

A predominância do estupro como a forma principal de violência sexual praticada, seguida pelo assédio sexual, destaca a gravidade dos casos registrados. No entanto, é importante ressaltar que esses dados provavelmente representam apenas uma fração da realidade, dada a subnotificação generalizada da exploração sexual de crianças e adolescentes. Muitos casos podem não ser relatados devido ao medo, vergonha, estigma ou falta de confiança nas autoridades, o que pode distorcer a percepção pública sobre o problema e dificultar a implementação de medidas eficazes de prevenção e proteção.

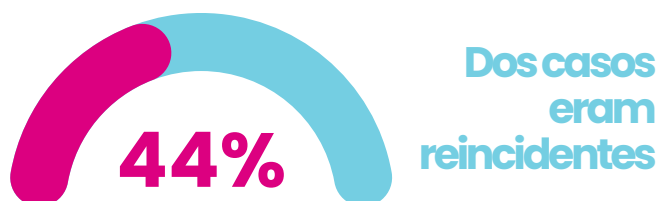
“*Eu até por conta dessa pesquisa que vocês estão falando, eu comecei a conversar com uns peritos, porque não tenho esse atendimento direto, pedi que se eles tivessem algum caso de exploração sexual, que pudessem me informar (...) e foi identificado isso que esses casos de exploração sexual não chegam (...)*”

Entrevista com profissional da rede

* Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). 2011 a 2021.

Alerta vermelho: parcela significativa dos casos de violência sexual registrados em 2022 no Maranhão são recorrências*

Um dado alarmante é que 44% dos casos registrados em 2022 indicam que as situações de violência já haviam ocorrido outras vezes, destacando a necessidade de intervenções mais efetivas para prevenir a reincidência.



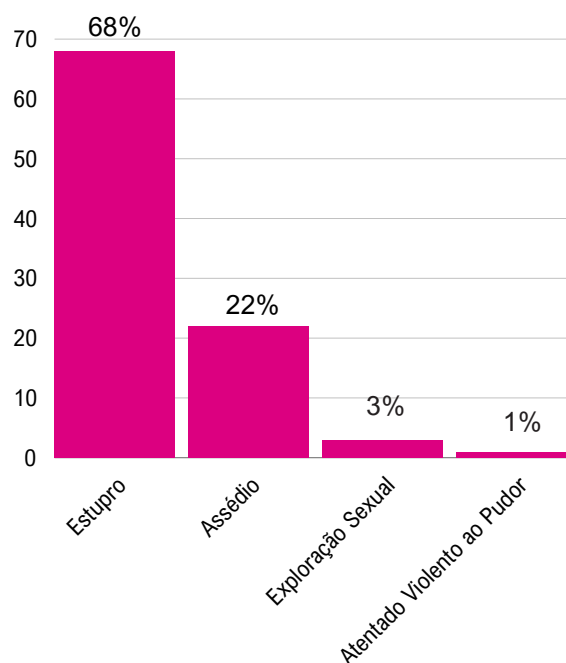
Deficiências na resposta: baixa taxa de procedimentos preventivos após casos de estupro revela lacunas institucionais*

Há lacunas na resposta institucional, com uma baixa taxa de profilaxia para Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e outras medidas de cuidado após casos de estupro. Os dados indicam que o procedimento mais comum ao longo dos anos tem sido a coleta de sangue das crianças e adolescentes vítimas, o que leva a refletir se todas e todos que precisavam receberam a profilaxia e demais medidas de proteção necessárias.



Entraves à notificação adequada da exploração sexual

Os principais órgãos de atuação na área não acessam, identificam ou recebem os casos de exploração e os tipifica como tais, tampouco profissionais da ponta de atendimento à população. Consequentemente, muitos casos são registrados de forma genérica e entendidos indistintamente como violência sexual. No Maranhão, entre 2012 e 2022, 3% das situações de violência contra crianças e adolescentes foram registradas como exploração sexual, conforme evidenciado no gráfico abaixo. Isso sugere uma preocupante subnotificação dos casos de exploração sexual, em comparação com outras formas de violência sexual.



* Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). 2022.

Compreensão profissional sobre

exploração sexual infantil

Compreensão superficial da exploração sexual entre profissionais afeta intervenções eficazes

Embora haja uma noção geral das pessoas profissionais[4] sobre a exploração sexual como uma forma de violência em troca de benefícios, a compreensão pode ser considerada superficial e confusa. Isso sugere uma falta de clareza que pode impactar nas ações e intervenções para lidar com o fenômeno.

“*Até onde eu entendo o conceito de exploração sexual é a criança submetida a uma situação de violência sexual com algum fim, com aquele que explora dá o acesso a alguma vantagem ou benefício em função da violência (...)*

Participante de grupo focal

Subnotificação e confusão entre exploração e abuso sexual complicam ações profissionais

A ausência de dados específicos sobre casos de exploração sexual dificulta a condução de ações profissionais para enfrentar o problema de forma eficaz. Além disso, há uma confusão entre os profissionais sobre a distinção entre exploração e abuso sexual, o que pode resultar em subnotificação e falta de intervenções adequadas.

“*É, toda exploração tem um abuso, mas aí será que aquele abuso foi uma exploração? Entendeu? Como que eu vou responder esse questionário? Porque a gente acaba que se for parar para vir puxar coisas sobre o dado, sobre a exploração, a gente não vai ter. A gente vai ter sobre abuso, entendeu?*

Participante de grupo focal

Fragilidade na rede de proteção compromete atendimento e segurança de crianças e adolescentes

Apesar da compreensão superficial da exploração sexual, há uma sensação de ineficácia das ações para o enfrentamento, bem como o reconhecimento da necessidade de educação permanente e do diálogo entre os órgãos e ações de prevenção. Segundo profissionais, embora existam serviços disponíveis, há barreiras nas relações entre os serviços. A falta de comunicação e articulação entre os serviços da rede de proteção compromete a qualidade do atendimento e a proteção integral de crianças e adolescentes. Essa deficiência é evidenciada pela ausência de protocolos específicos, pela falta de conhecimento sobre os serviços disponíveis e pela pouca preparação dos profissionais para lidar com casos de violência.

Formal não tem, assim um documento que formaliza, de orientação, não. Existe uma documentação, um memorando, ofício que orientamos as escolas para lidar com as situações de violência, de uma forma geral, acionar conselho tutelar, determinadas situações isso orientamos, mas não especificamente de exploração.

Participante de grupo focal

Necessidade urgente de capacitação e empoderamento das meninas para enfrentar a violência

A falta de diálogo entre os serviços da rede e a normalização da violência pela família e sociedade destacam a necessidade de ações informativas e de empoderamento das meninas para reconhecerem seus direitos e buscar ajuda quando necessário.

E quando a gente vai fazer as palestras, normalmente depois das palestras, principalmente na faixa etária de 14, 17 anos, a gente recebe muitos casos de meninas que sofrem violências, que sofrem assédio, que já foram estupradas, que não procuraram ajuda. Não conseguiram identificar o comportamento criminoso, foi normalizado pela vivência que, onde ela está localizada, é normalizado, é minimizado a dor que ela sente (...)

Entrevista com profissional da rede

4. A Plan Internacional Brasil reconhece a importância da linguagem para desconstruir preconceitos e discriminações e, por isso, incentiva o uso de uma linguagem que seja cada vez menos machista, racista, LGBTfóbica, gordofóbica, capacitista e mais inclusiva em todos os contextos e momentos. Para este relatório, priorizamos o uso de uma linguagem sensível a gênero, que se esforça para que tanto homens quanto mulheres estejam no mesmo nível, evitando estereótipos nocivos e seus desdobramentos.

Pontos vulneráveis à exploração sexual

Desvelando pontos críticos: postos de gasolina, hotéis, áreas litorâneas, rodoviárias, regiões turísticas, bares, casas noturnas e ambientes digitais

Durante os grupos focais, o tema dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes na Grande Ilha foi discutido de forma mais acentuada do que inicialmente registrado no formulário de mapeamento. Profissionais da rede destacaram locais como postos de gasolina, frequentados por caminhoneiros e hotéis onde homens se hospedam, como possíveis pontos de exploração sexual. Além disso, foram mencionadas áreas litorâneas, rodoviárias, regiões turísticas, bares, casas noturnas e a região central de São Luís. A exploração também se estende ao ambiente digital, onde adolescentes podem ser abordados por meio de plataformas como Instagram, Facebook e TikTok.



Bar em zona rural de São Luís.
© Wikimedia Commons

Eu acho que teve algumas notícias sobre postos de gasolina, onde os caminhoneiros ficam para dormir, não lembro direito se era específico de São Luís, mas aí não sei se necessariamente de criança na área do porto, mas criança e adolescente eu acho que eu ouvi falar em postos de gasolina, onde os caminhoneiros ficam para dormir, já ouvi alguma coisa sobre isso, não sei te dizer com muita precisão.

Participante de grupo focal

A gente recebeu uma demanda para fazer mais ou menos esse estudo e aí a gente conseguiu identificar [...] também quais eram as áreas, então as que hoje a gente consegue identificar é a região do centro, região de litorânea, região da saída de São Luís, que é ali na rodoviária, e esporadicamente a região periférica, mas o foco mesmo é na região turística.

Entrevista com profissional da rede

As regiões onde tem maior trânsito, como o trânsito comercial, por exemplo, cargas, caminhões, etc.(...) É tão expressivo que o município tem um número absurdo de hotéis, e essas vagas de hotéis são ocupadas por homens. Então, as chances da exploração sexual acontecer, elas são bem maiores nesses espaços.

Entrevista com docente/pesquisador

(...) a impressão de que a exploração sexual não é tão visível como já foi. [...] não existem situações nas ruas, explícitas, como no começo do século e as situações, quando acontecem, são “disfarçadas” e menos frequentes.

Entrevista com profissional da rede

O enfrentamento à exploração sexual

e seus desafios

A intervenção correta nas vulnerabilidades que expõem crianças e adolescentes às situações de exploração sexual é fundamental para o enfrentamento. Sem o mapeamento e sem se aprofundar nas situações é difícil organizar intervenções de forma eficaz. Nesse quesito, há diversas vulnerabilidades identificadas, associadas à exploração sexual nos municípios da Grande Ilha:

- **Fragilidades socioeconômicas:** famílias pobres que por vezes mantêm a criança/adolescente nessa situação, porque são mantidas a partir do dinheiro oriundo da exploração sexual e de outras formas de trabalho infantil;
- **Gênero:** As meninas são identificadas nessas situações, mas por vezes confundidas com mulheres profissionais do sexo, e não são encaminhadas para nenhuma intervenção. Para os meninos há dificuldade de compreendê-los como passíveis de exploração. A população de pessoas trans e travestis sofre com abandono familiar, falta de aceitação social e falta de acesso a condições básicas de sobrevivência;
- **Responsabilização das vítimas:** Existe uma norma social que atribui certa responsabilidade às meninas pela violência sexual que sofrem, baseada na ideia de que seu comportamento pode provocar a atração sexual masculina. Essa crença desloca a culpa das pessoas autoras da violência para as próprias vítimas, perpetuando assim a cultura do estupro e da culpabilização.
- **Desigualdade e discriminação:** A discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero aumenta a vulnerabilidade de jovens LGBTQIAPN+ à exploração sexual. O preconceito, a violência e a exclusão social enfrentados por travestis, transexuais e jovens LGBTQIAPN+ contribuem para sua marginalização e exposição a situações de exploração.
- **Abordagem reducionista e estigmatizante:** A compreensão da exploração sexual muitas vezes é limitada a estereótipos e rótulos, como "perversos" ou "pedófilos", ignorando as complexas realidades sociais, econômicas e culturais envolvidas.
- **Subnotificação e falta de denúncias efetivas:** Há uma clara subnotificação dos casos de exploração sexual, com muitos casos não sendo denunciados nem encaminhados para as autoridades competentes. Isso é evidenciado pelo baixo número de registros nos sistemas oficiais.
- **Falta de atuação coordenada da Rede de Proteção:** A falta de articulação e integração entre os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos dificulta a proteção e o cuidado de crianças e adolescentes em situação de violência, principalmente a sexual. A ausência de protocolos claros e fluxos de encaminhamento bem definidos agrava ainda mais esse problema.
- **Desconhecimento e confusão sobre Escuta Especializada:** Algumas pessoas profissionais demonstraram não compreender o que é Escuta Especializada e algumas confundem com o Depoimento Especial.
- **Baixa compreensão das pessoas profissionais sobre o contexto da exploração sexual e ausência de capacitação continuada:** Profissionais da rede de proteção, incluindo conselheiras e conselheiros tutelares, demonstram falta de preparo e conhecimento para lidar com casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, evidenciando a necessidade urgente de capacitação e educação continuada para esses atores.
- **Necessidade de ações preventivas e campanhas de conscientização:** A implementação de ações preventivas, campanhas de conscientização para além do dia 18 de Maio e programas educativos são essenciais para enfrentar a exploração sexual. Isso inclui medidas como o fortalecimento de políticas públicas, treinamento de profissionais e envolvimento da sociedade civil.
- **Baixa adesão ao The Code[5]:** A adesão e implementação dos critérios do The Code são fundamentais para garantir a segurança de crianças e adolescentes no contexto do turismo e viagens.

5. Trata-se de um instrumento de compromisso, de livre adesão, que tem como objetivo orientar e estabelecer padrões de comportamento ético de empresas e prestadores de serviços turísticos, seus funcionários e colaboradores, que trabalhem direta ou indiretamente no contexto do turismo para que, no desempenho de suas atividades, adotem ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Conclusões

A análise dos dados revelou a presença de casos de exploração sexual distribuídos em vários pontos da região da Grande Ilha. Notavelmente, observou-se uma ausência substancial de comunicação às autoridades competentes, uma atenção abrangente às crianças e adolescentes afetados, bem como uma falta de registros de dados relacionados a esses incidentes. A desconexão entre as fontes de dados destaca a necessidade urgente de uma abordagem mais coordenada e eficaz para o monitoramento e o enfrentamento da violência sexual, de modo a garantir a visibilidade adequada dos casos e, consequentemente, a implementação de políticas públicas mais eficazes para proteção das vítimas.

As informações obtidas destacam a fragilidade das redes de proteção nos municípios, intensificando a vulnerabilidade de crianças e adolescentes à exploração sexual. Estudos indicam que as consequências para esse grupo populacional podem variar de acordo com diversos fatores, sendo a falta de organização da rede e a ineficácia das ações alguns dos principais elementos que amplificam os efeitos da violência sexual[6].

A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) emerge como um fenômeno de grande complexidade, abrangendo uma ampla gama de questões como gravidez na adolescência, casamento infantil, trabalho infantil e turismo sexual, entre outras vulnerabilidades decorrentes ou exacerbadas por essa grave violação dos direitos humanos de meninas e meninos. O Estado do Maranhão recebe atenção tanto no âmbito nacional quanto internacional, sendo alvo de algumas iniciativas, programas e campanhas, além de ser tema de várias produções artísticas, como o filme "Anjos do Sol". Contudo, essas ações, embora importantes e abrangentes, não parecem ter gerado respostas concretas para a proteção das crianças e adolescentes maranhenses, uma vez que, aparentemente, não têm impactado de forma efetiva na implementação das políticas públicas necessárias para enfrentar esse problema.

Em síntese, urge um esforço colaborativo entre os diversos atores envolvidos, que incluem o poder público, a sociedade civil e a rede de proteção, para conceber e efetivar um plano de ação abrangente capaz de prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes na região da Grande Ilha e em todo o estado do Maranhão. A salvaguarda dos direitos fundamentais desses jovens deve ser elevada à categoria de prioridade máxima, demandando um comprometimento incessante e coordenado de todas as esferas da sociedade.

A concretização desse objetivo não apenas assegura um ambiente seguro e protetor para as futuras gerações, mas também promove um desenvolvimento sustentável e inclusivo para toda a comunidade.



6. Ver FURNISS, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar - Manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas; e FARINATTI, F.; BIAZUZ, D.; LEITE, M. B. *Pediatria social: a criança maltratada*. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.

Principais Recomendações

Com base no contexto delineado, é possível formular diretrizes e sugestões para nortear as intervenções do projeto nos municípios da Grande Ilha, considerando o panorama das políticas públicas e demais ações voltadas para o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Oferta de oficinas educativas:

- Implementação de oficinas educativas para crianças e adolescentes, focadas no fortalecimento de seus direitos e na autoproteção. Especial ênfase na capacitação de meninas para conhecerem seus corpos e seus direitos.

Fortalecimento dos mecanismos de denúncia e registro:

- Sensibilização e implementação de estratégias para aumentar a conscientização sobre a importância da denúncia de casos de exploração sexual. Facilitação do acesso aos canais de denúncia, garantindo anonimato e segurança para os denunciantes.

Capacitação da Rede de Proteção:

- Oferta de capacitação teórica e conceitual sobre violências contra crianças e adolescentes, com aprofundamento nas especificidades da exploração sexual, para profissionais da rede de proteção.
- Criação de plataforma ou portal com capacitações em formato EaD para aprimoramento contínuo dos profissionais sobre o tema.
- Capacitação específica para conselheiros tutelares e profissionais do sistema de segurança para conduzir ocorrências de forma adequada e não revitimizante.

Implementação da Lei 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida):

- Sensibilização da rede de proteção para garantir a identificação precoce da violência, atenção integral à criança e adolescente vítima ou testemunha de violência e responsabilização do autor.
- Instituição do Comitê de Gestão Colegiada em municípios específicos para incidência política sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Participação na elaboração e acompanhamento da implantação dos fluxos e protocolos de atendimento conforme a Lei 13.431/2017.

Educação em sexualidades nas escolas:

- Inserção de conteúdo de Educação em Sexualidades nos planos políticos pedagógicos das escolas como forma de prevenção às violências sexuais.

Programas de atendimento a agressores:

- Implementação de programas de atendimento a autores de violência contra crianças e adolescentes com o objetivo de diminuir a reincidência.

Campanhas de conscientização:

- Promoção de campanhas contínuas para a população sobre o que é abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes e divulgação dos canais de denúncia, para além do dia 18 de Maio.

Integração e monitoramento de dados:

- Integração dos bancos de dados para possibilitar o monitoramento e a coleta de dados confiáveis sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Articulação e diálogo entre órgãos de controle social:

- Estímulo à participação e articulação dos órgãos de controle social formais e informais na formulação e implementação de políticas públicas eficazes.
- Acompanhamento e monitoramento dos planos municipais e estadual envolvendo os órgãos de defesa para apoiar seu efetivo cumprimento.

The Code (Código de Conduta):

- Sugerir a implantação do The Code para a proteção de crianças contra a exploração sexual em viagens e turismo.



Expediente

Realização
Plan International Brasil - plan.org.br

Cynthia Betti
CEO

Flávio Debique
Diretor de Programas e Incidência

Camila Maia
Diretora de Operações

Andreia Schroeder
Head de Parcerias Corporativas e Institucionais

Felipe Velasco
Gerente de Controladorias

Laura Vitto
Gerente de Mobilização de Indivíduos

Flávia Cuzziol
Gerente de Comunicação e Marketing

Creuziane Barros
Head de Unidades de Programas e Patrocínio

Geyse Costa
Gerente da Unidade de Programas de São Luís (MA)

Gezyka Silveira
Especialista em Proteção e Desenvolvimento Infantil

Laís Vieira
Coordenadora Técnica de Projeto

Equipe responsável pela publicação
Tecendo Social Educação e Apoio à Gestão

Rosimeire Aparecida Mantovan
Tatiana de Fátima Domingues
Coordenação Técnica

Carla Costa Pinto
Pesquisa Maranhão

Hannah Pantoja Jorge
Assistente de Pesquisa

Aline Conegundes Riba
Luís Fernando Rezende
Pesquisa e Texto

Gabriela Kepe
Arte Gráfica

Augusto Fernandes
Revisão Técnica e Diagramação



Sobre a Plan International

Uma organização humanitária, não-governamental e sem fins lucrativos que promove os direitos das crianças, adolescente e a igualdade para as meninas. Acreditamos no potencial de todas as crianças, mas sabemos que as meninas são as maiores afetadas.

Trabalhando em conjunto com uma rede de parcerias, enfrentamos as causas dos desafios de meninas e crianças em situação vulnerável. Impulsionamos mudanças na prática e na política nos níveis local, nacional e global. Atuamos há mais de 80 anos e hoje estamos presentes em mais de 70 países.

Sobre a Plan International Brasil

A Plan International chegou ao Brasil em 1997. Desde então, se dedica a garantir os direitos e promover o protagonismo das crianças, adolescentes e jovens, especialmente meninas, por meio de seus projetos, programas e ações de incidência e de mobilização social.

Tem também viabilizado condições de subsistência em comunidades que sequer tinham acesso a recursos essenciais, como a água. Implementamos projetos no Maranhão, no Piauí, na Bahia e em São Paulo.

Nossas estratégias, atuando em rede com outras organizações do terceiro setor e movimentos sociais, têm pautado as demandas das meninas em novos espaços do Legislativo, Executivo e na sociedade civil, alcançando todo o território nacional. Considerada uma das organizações mais confiáveis do país, a Plan International Brasil ficou entre as 100 Melhores ONGs do país em 2021 e tem a certificação A+ no Selo Doar Gestão e Transparência, sendo também a melhor ONG no Maranhão.

Plan International Brasil

Rua Enxovia, 472 – Sala 1.710
Edifício Neo Corporate

Chácara Santo Antônio São Paulo/SP

CEP: 04711-030

Tel.: +55 (11) 4420-8081

plan.org.br

 facebook.com/planinternationalbrasil

 x.com/planbr

 instagram.com/planbrasil

 linkedin.com/plan-international-brasil

 youtube.com/user/planbrasiltv